

REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DAS VIATURAS DE PASSAGEIROS AO SERVIÇO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E RECREIO

Nota justificativa

Considerando,

Que em 07 de Janeiro de 2002 cessou o período de actuação da Comissão Instaladora, tendo tomado posse o novo executivo;

As necessidades constatadas pelos serviços ao longo dos anteriores três anos, e as lacunas existentes na falta de regulamentação no âmbito da utilização das Viaturas de Passageiros ao Serviço da Cultura, Educação, Desporto e Tempos Livres do Município da Trofa;

Que para melhor funcionamento dos serviços, e melhor servir os Municípes, a Câmara Municipal da Trofa se propõe aprovar este regulamento o qual respeita todos os actuais aspectos normativos que se relacionam com a participação pública no processo da sua elaboração.

Assim:

Ao abrigo do disposto nos artigos 112.º, n.º 8, e 241.º da Constituição da República Portuguesa e para efeitos de aprovação pela Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, bem como com o objectivo de ser submetido a discussão pública após publicação nos termos do artigo 118.º do CPA, propõe-se à Câmara Municipal a aprovação do presente Regulamento.

Regras de Utilização

Artigo 1º (Disposições gerais)

1. Este regulamento disciplina a utilização das viaturas municipais de passageiros para fins educacionais, humanitários e de assistência, culturais, desportivos e recreativos (ocupação de tempos livres e turismo).
2. Ficam excluídas do âmbito do presente Regulamento viagens promovidas pelo município quaisquer que sejam os fins em vista.
3. No âmbito do presente Regulamento só podem requisitar as viaturas de passageiros municipais as pessoas colectivas com personalidade jurídica e que não prossigam fins lucrativos.
4. Os pedidos das entidades individuais serão analisados caso a caso e autorizados pelo Presidente da Câmara consoante os fins em vista.
5. A gestão deste serviço compete ao Sector da Educação.
6. As viaturas aqui em causa só podem ser utilizadas pelas entidades requisitantes para os fins que constituem o objecto do presente Regulamento e desde que cada utilização se destine a apoiar a concretização dos respectivos objectivos estatutários e planos de actividade.
7. As viaturas só podem ser utilizadas pelas entidades requisitantes desde que a sua

condução seja feita por motorista que pertença ao quadro privativo da Câmara ou que por esta esteja contratado para o efeito.

Artigo 2º

(Condicionantes gerais de utilização das viaturas)

1. Durante o período normal de aulas, as viaturas municipais afectas aos transportes escolares não estão disponíveis para outras utilizações.
2. As viaturas municipais de passageiros podem ser requisitadas para qualquer dia da semana, incluindo feriados, à excepção do 1 de Janeiro, 1 de Maio, 24 e 25 de Dezembro.
3. As viaturas não podem ser requisitadas por períodos superiores a uma semana, salvo casos devidamente justificados, decididos pelo Presidente da Câmara.
4. As utilizações pretendidas têm que se relacionar directamente com as actividades a que se alude em epígrafe: educação, humanitárias e de assistência, cultura, desporto ou recreio (tempos livres e turismo).

Artigo 3º

(Prioridades)

1. Estabelece-se a seguinte ordem decrescente de prioridades na utilização das viaturas de passageiros municipais:
 - a) Estabelecimentos de ensino durante o período a que corresponde o ano lectivo, nos seus dias úteis;
 - b) Clubes desportivos participantes em competições oficiais;
 - c) Estabelecimentos de ensino;
 - d) Clubes desportivos;
 - e) Associações culturais e recreativas;
 - f) Instituições particulares de solidariedade social (acções de natureza humanitária ou assistencial);
 - g) Organismos públicos;
 - h) CCD - Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal da Trofa;
 - i) Outros
2. Independentemente do estabelecido no número anterior, as utilizações com objectivo exclusivo de recreio, qualquer que seja a entidade requisitante, são atendidas sempre em último lugar.
3. Não serão atendidos pedidos de entidades que pretendam transportar grupos cujos componentes, todos ou alguns, auferam retribuição sob qualquer forma, pela correspondente actividade.

Artigo 4º

(Pedidos)

1. Os interessados na utilização das viaturas municipais de passageiros devem apresentar os respectivos pedidos através de impresso próprio a fornecer pela Câmara Municipal da Trofa, designado «Requisição de Transportes» ou, mediante ofício dirigido ao Presidente da Câmara, através do Sector da Educação.
2. Os pedidos devem dar entrada na Câmara com, pelo menos, 15 dias úteis de

- antecedência e são dirigidos ao Presidente da Câmara, indicando para o efeito, o dia, hora, destino e sua finalidade, bem como, a duração prevista da mesma.
3. Os pedidos que derem entrada com prazo inferior ao estabelecido no número anterior sujeitam-se ao não cumprimento das prioridades a que alude o artigo 3.º ou a não ser atendidos por indisponibilidade de viatura ou impossibilidade de serviço.
 4. A Câmara Municipal da Trofa pode estabelecer para cada época desportiva um programa de utilização das viaturas pelos clubes desportivos mediante a apresentação, em tempo útil, do calendário de competições oficiais ou associativas.

Artigo 5º **(Registo dos pedidos)**

Os pedidos de utilização das viaturas serão registados no Serviço Técnico de Transportes da Câmara por ordem cronológica de chegada, devendo esse registo conter, no mínimo, os seguintes elementos;

- a) Número e data do registo;
- b) Nome, morada/sede da entidade requerente;
- c) Data e local de destino;
- d) Data e hora do regresso.

Artigo 6º **(Alterações)**

Os pedidos de marcação só podem ser alterados até oito dias úteis antes da data prevista para a respectiva utilização, a não ser que se apresentem razões atendíveis estranhas à vontade das entidades requerentes.

Artigo 7º **(Alterações por parte da Câmara)**

1. A Câmara Municipal da Trofa dará resposta aos pedidos de utilização até oito dias úteis antes do início do serviço, com as excepções a que aludem os números 3 e 4 do artigo 4.º, a saber:
 - a) Marcações efectuadas com base em calendários de competições apresentados em tempo útil para vigorar em cada época desportiva;
 - b) Pedidos entrados com menos de 10 dias de antecedência relativamente à data prevista para a realização da viagem.
2. No caso da alínea a) do número anterior, a resposta da Câmara será dada no prazo de 15 dias úteis após a apresentação dos calendários desportivos.
3. No caso da alínea b) do número anterior a Câmara não está obrigada a dar a sua resposta em tempo regulamentar podendo as prioridades estabelecidas não ser respeitadas ou os pedidos não ser atendidos por indisponibilidade de viaturas ou por motivos de serviço, tal como se infere do disposto no artigo 4.º, n.º 3, in fine do presente Regulamento.

Artigo 8º

(Desistências)

1. A desistência do serviço requerido só é aceite por razões estranhas à vontade da entidade requisitante, razões essas devidamente justificadas e apresentadas ao Presidente da Câmara com, pelo menos, oito dias úteis de antecedência antes da data prevista para a utilização pretendida.
2. Se as razões apresentadas não forem aceites, poderão as entidades requisitantes apelar para a Câmara e se, nesta sede, continuarem a não ser atendidas, ficarão sujeitas ao pagamento das indemnizações que se mostrem devidas, se algum prejuízo se apurar em função da desistência em causa.

Artigo 9º

(Deveres da Câmara Municipal da Trofa)

A Câmara Municipal da Trofa obriga-se a prestar um serviço de qualidade, a respeitar todas as normas de segurança em vigor e a cumprir escrupulosamente este Regulamento, colocando à disposição dos utentes um livro amarelo de reclamações.

Artigo 10º

(Deveres do motorista)

1. O motorista é responsável pela limpeza, manutenção e conservação da viatura.
2. O motorista fica obrigado a fazer cumprir o horário, itinerário, tempo de estadia e outras condições que lhe forem transmitidas pelos responsáveis do serviço a que pertence, salvo motivos devidamente justificados.
3. O motorista deve apresentar ao seu superior hierárquico, à chegada de cada viagem ou no dia útil imediatamente a seguir à mesma, o relatório da viagem.
4. Sempre que exista matéria grave quanto ao não cumprimento das disposições do presente Regulamento, ofensas morais ou fiscais ou danos materiais cuja culpa seja imputável a qualquer dos utentes, o motorista deve apresentar de imediato, o relatório dessas ocorrências, à chegada, ao Presidente da Câmara Municipal, com conhecimento ao responsável pelo Sector da Educação.

Artigo 11º

(Deveres das entidades requisitantes)

1. As entidades requisitantes estão obrigadas a cumprir rigorosamente os objectivos definidos para cada utilização.
2. Estão também obrigadas a cumprir rigorosamente as estipulações do presente Regulamento.
3. Não são permitidos quaisquer desvios relativos ao cumprimento dos horários previstos, salvo casos devidamente justificados, devendo os motivos ser relatados, por escrito, no final de cada viagem e submetidos à apreciação do Presidente da Câmara que decidirá entre atender as razões apresentadas.
4. As entidades requisitantes devem zelar por uma boa condução social dos passageiros e pelo bom estado geral do interior da viatura, incluindo a limpeza e a conservação dos assentos, sendo responsáveis perante a Câmara pelo ressarcimento de todos os danos apurados no final de cada viagem.
5. As entidades requisitantes não podem permitir a entrada nas viaturas de utentes que se encontrem sob a influência do álcool ou de estupefacientes ou cujo

- comportamento seja susceptível de provocar distúrbios.
6. As entidades requisitantes são responsáveis pelo controlo das bagagens, não podendo estas conter materiais inflamáveis, explosivos ou quaisquer outros susceptíveis de provocar danos.
 7. As entidades requisitantes devem solicitar, por escrito, ao Presidente da Câmara, autorização para inscrição de mensagens publicitárias no exterior ou interior das viaturas, durante o período de utilização.
 8. Os utentes são obrigados a acatar, de imediato, as instruções do motorista ou de qualquer outro representante municipal, quando presente.

Artigo 12º (Outras proibições)

1. É proibido levar animais para o interior das viaturas.
2. É expressamente proibido fumar no interior das mesmas viaturas.

Artigo 13º (Encargos)

1. As entidades requisitantes são responsáveis pelo pagamento dos seguintes encargos:
 - a) Autocarros - 0,50 euros por quilómetro;
 - b) Carrinhas - 0,37 euros por quilómetro;
 - c) Alimentação, alojamento e horas extraordinárias do motorista a que houver lugar nos termos da legislação aplicável;
2. Sobre os encargos acresce o IVA à taxa legal, no caso da entidade requisitante não provar a sua isenção.
3. Os encargos referidos nas alíneas a) e b) do número anterior englobam o combustível, portagens e seguros.
4. Estão isentas do pagamento dos encargos a que se referem as alíneas a) e b) do n.º 1 do presente artigo as seguintes entidades:
 - a) Clubes desportivos quando em competições oficiais;
 - b) Estabelecimentos de ensino em caso de actividades curriculares ou inseridas em plano pedagógico;
 - c) Associações culturais ou recreativas;
 - d) Instituições particulares de solidariedade social;
 - e) CCD dos trabalhadores da Câmara Municipal;
 - f) Juntas de freguesia do concelho da Trofa;
 - g) Clubes desportivos em caso de actividades extra-competição, quando em representação do município;
 - h) Escolas do 1.º ciclo e jardins-de-infância.
5. Ficam isentas do pagamento dos encargos a que alude o n.º 1, alínea c), deste artigo, mediante autorização do presidente da Câmara Municipal, as equipas ou atletas que se encontrem a disputar competições de interesse municipal, e as associações que prossigam fins culturais ou recreativos quando se trate de participar em eventos de interesse municipal. bem como todos os estabelecimentos de ensino.
6. As entidades requisitantes satisfarão os encargos devidos na tesouraria da Câmara Municipal nos 05 dias úteis posteriores à recepção do aviso de pagamento.

7. A não liquidação dos encargos devidos no prazo referido no número anterior dá origem a processo de cobrança coerciva bem como ao cancelamento de utilizações já referidas ou ao diferimento de outras que se pretendam requerer.
8. O disposto no número anterior fica sem efeito assim que os serviços de Contabilidade da Câmara confirmarem ao Serviço Técnico de Transportes o pagamento em falta.

Artigo 14º
(Sanções)

O não acatamento do presente regulamento e demais indicações que forem fornecidas, poderão implicar a recusa de solicitações futuras.

Artigo 15º
(Omissões)

Todos os casos omissos e não estipulados no presente regulamento, serão decididos pelo Presidente da Câmara ou por quem tenha esses poderes delegados.

Artigo 16º
(Entrada em vigor)

O presente Regulamento entra em vigor 15 dias após a afixação nos lugares públicos do costume dos editais que publicitem a sua aprovação.